

9. A articulação das análises sobre a negação

O cotejo das análises sobre a negação nas duas perspectivas é o que nos permitirá retomar e propor nossas respostas para as questões (1-3). As perguntas propostas, repetidas a seguir, foram as seguintes:

- (1) É possível estabelecer, de forma explícita, correlação entre entidades ou proposições teóricas elaboradas no âmbito do quadro da Gramática Gerativa e no quadro da Gramaticalização?
- (2) Essa correlação pode ser estabelecida em termos de uma relação nomológica entre entidades ou proposições de níveis teóricos hierarquicamente distintos?
- (3) Caso a resposta a (2) seja afirmativa, torna-se possível formular a unificação dos dois campos teóricos que nos ocupam?

Antes, porém, de abordarmos as questões levantadas tendo em vista as análises propostas sobre a negação, discutiremos como se estabelece a visão gerativista da noção de Gramaticalização.

9.1 A RECEPÇÃO GERATIVISTA SOBRE A NOÇÃO DE GRAMATICALIZAÇÃO

Há, na literatura gerativista, alguns poucos autores que se dedicam a examinar a relação entre fenômenos de gramaticalização e

os pressupostos gerativistas. As abordagens propostas contam com hipóteses, que, no nosso modo de ver, nem sempre estão inteiramente explicitadas.

O número relativamente reduzido de trabalhos com esse tipo de preocupação talvez se deva ao fato de, como é sabido, há uma oposição de fundamentos entre as duas áreas. A Teoria Gerativa é formalista e advoga que o componente sintático do sistema computacional é uma instância autônoma, com estatuto “*a priori*”, o que implica que as operações sintáticas ocorrem independentemente de como seus produtos serão interpretados foneticamente ou semanticamente. Por sua vez, os autores que trabalham com a noção de gramaticalização concebem o significado e as funções sintáticas como fatores fundamentais na determinação das estruturas sintáticas e, conseqüentemente, subjacentes à mudança linguística. Diante desse conflito, há autores, como Newmeyer (2001, p.226), que recusam a autonomia dos fenômenos de gramaticalização, garantindo que eles podem ser deduzidos de outros tratamentos já explorados na literatura; esse autor, portanto, nega a possibilidade de constituição de uma teoria da Gramaticalização. Por exemplo, não precisaríamos tratar a auxiliarização de um verbo lexical como um processo de gramaticalização, já que existe o fenômeno da reanálise de itens, com conseqüências na estrutura sintática, previsto em análises gerativistas, como a da mudança dos modais do inglês, proposta, pioneiramente, por Lightfoot (1979). Este concede que uma língua possa mudar gradualmente, como constatam os autores que trabalham com a noção de gramaticalização, mas que sua gramática muda abruptamente, por meio de reconfiguração de escolhas paramétricas, o que deixa pouco espaço para a gramaticalização como uma teoria da mudança (LIGHTFOOT, 1999, p.83).

A posição de Newmeyer, que não discutiremos aqui, talvez possa ser atribuída ao fato de que, como já discutido, a própria

identificação de um processo de gramaticalização passa pelo uso instrumental de teorias linguísticas já estabelecidas, o que não implica que as questões formuladas a partir da identificação de um processo de gramaticalização estejam ao alcance de teorias já estabelecidas. Insistiremos, assim, que o objeto de estudo da Gramaticalização e as questões que este nos permite propor não fazem parte do escopo de teorias já disponíveis.

Por outro lado, os trabalhos de Roberts e Rousseau (2003) e van Gelderen (2004) defendem uma posição mais conciliatória, propondo, basicamente, que os fenômenos captados pela gramaticalização podem receber um tratamento formal com base nos cânones do gerativismo.

Roberts e Roussou (2003) explicam a gramaticalização, por exemplo, por meio de uma reavaliação de um parâmetro de um núcleo funcional. Como um processo de gramaticalização inclui perda de conteúdo lexical e, concomitantemente, ganho de “conteúdo” funcional (ou gramatical), torna-se plausível dizer que a gramaticalização nada mais é do que a mudança de estatuto categorial de um item que, de categoria lexical, passa a desempenhar a função de uma categoria funcional já disponível numa gramática, o que provoca sua realocação na estrutura (VITRAL; RAMOS, 2006). Assim, um verbo, gerado como núcleo de um sintagma verbal, ao se gramatizar, passa a ocorrer em posições de categorias funcionais. É o caso, por exemplo, do item inglês “do” o qual, quando toma parte de construções negativas ou interrogativas, ocorre em T (Tempo) ou C (Complementizador). Em última instância, na visão de van Gelderen (2004, p.10), esse processo é previsto por princípios de economia como Juntar Tardio (Late Merge).

Esse tipo de utilização da noção da gramaticalização, que, no nosso modo de ver, tem apenas um papel heurístico, isto é, utiliza-se dessa noção para “captar” o fenômeno que, num segundo

momento, é “explicado” por meio dos pressupostos gerativistas, é adotado igualmente por autores nacionais, como, por exemplo, na análise de Ribeiro (1993) sobre a evolução histórica das formas “ter”, “haver” e “ser”. A evolução dessas formas é analisada, assim, “como um caso típico de gramaticalização” (RIBEIRO, 1993, p.345). Importa, no entanto, para a autora, com base em Roberts (1993), localizar a explicação do percurso diacrônico dos itens que se tornam auxiliares no quadro da teoria de Princípios e Parâmetros, no qual a auxiliarização é tratada, como já dito, por meio da noção de reanálise diacrônica. Na análise de Ribeiro, como comentado, os itens sofrem mudança categorial, passando, assim, a serem classificados como ocorrências de itens da categoria I (Flexão) ou da categoria T (Tempo).

O tratamento da relação entre os dois domínios teóricos com base na perspectiva desenvolvida, mais detalhadamente, a partir do trabalho de Roberts e Roussou (2003), constitui, portanto, tentativa de respostas ou de encaminhamento de respostas às questões (1-3), supracitadas. Para esses autores ainda, não seria necessário tratar a gramaticalização como um quadro teórico autônomo, já que as hipóteses desenvolvidas no quadro gerativista são suficientes para explicitar suas propriedades.

Observe-se, assim, que a abordagem de Roberts e Roussou pressupõe que é possível identificar correlações – termo que podemos tomar num sentido mais neutro, ou seja, a relação que é estabelecida entre duas entidades ou propriedades sem que necessariamente uma seja causa da outra ou como uma relação nomológica em que uma é causa da outra – entre propriedades isoladas nos dois quadros teóricos¹²⁹. Na abordagem de Roberts e Roussou, as impli-

129 Voltaremos a discutir a noção de causalidade no contexto que nos interessa na seção 9.2.

cações epistemológicas que comentamos desse tipo procedimento teórico não são exploradas. No entanto, parece-nos que, de forma implícita, o que se considera é que as propriedades do processo de gramaticalização isoladas, ou seja, o fato de um verbo lexical perder conteúdo lexical e passar a funcionar como um item de uma categoria funcional ou gramatical é tido como aparência, isto é, uma apresentação – talvez caiba aqui a qualidade de superficial – de um fenômeno, cuja realidade, ou causalidade – dependendo do que se quer inferir da proposta dos autores –, é identificada por meio de propriedades teóricas distintas isoladas no quadro teórico gerativista. A saber, ocorreu a realocação do item numa estrutura sintática devido à mudança sofrida em termos de sua definição categorial, o que, em última instância, deve ser visto como um reflexo do que prevê um princípio de economia. A ideia central do tratamento dos autores é que “uma mudança sempre envolve simplificação estrutural”¹³⁰ (ROBERTS; ROUSSOU, 2003, p.3 [tradução nossa]).

Com segurança, podemos afirmar que a abordagem de Roberts e Roussou reconhece que haja correlação entre entidades ou propriedades dos dois campos teóricos, o que significa que a resposta à pergunta (1) é afirmativa. Se considerarmos que o que é ainda mais explícito na proposta desenvolvida por van Gelderen, na qual um princípio de economia é o responsável final que motiva os processos de gramaticalização, é possível afirmar também que, em tese, são os princípios válidos na língua-I que “explicam” as propriedades dos processos de gramaticalização. Parece adequado dizer, assim, que esses autores estariam de acordo em atribuir a esses princípios poder nomológico em relação aos processos de gramaticalização. Nessa interpretação dos fatos, diríamos que as abordagens de Roberts e Roussou e de van Gelderen respondem afirmativamente à

130 “a change always involves structural simplification”.

pergunta (2). Embora sem lidar explicitamente com temas de natureza epistemológica, o tratamento empírico desenvolvido nessas abordagens atesta que são as propriedades do sistema computacional que cerceiam e determinam a natureza dos processos de mudança linguística captados pela noção de gramaticalização, explicando a razão de haver redução fonética e esvaziamento semântico nesses processos, o que seria uma “consequência do desenvolvimento de novos itens funcionais”¹³¹ (ROBERTS; ROUSSOU, 2003, p.278 [tradução nossa]). Concluímos, portanto, que é bem provável que os autores também concordariam em responder à questão (3) de forma afirmativa, ainda que não a tenham desenvolvido com as implicações teóricas que discutimos. Talvez, no limite, conservassem a noção de gramaticalização apenas, como já dissemos, com valor heurístico, como um instrumento descritivo, ou ainda, com função metodológica, mas, seguramente, sem imaginar que possa se constituir como um quadro teórico independente. Numa versão mais atual (ROBERTS, 2007), o autor considera que um processo de gramaticalização é uma mudança paramétrica com uma reanálise diacrônica.

Como os autores gerativistas discutidos parecem se recusar a considerar a gramaticalização como um quadro teórico de pleno direito e buscam tratar as propriedades dos processos desse tipo por meio da articulação de propostas do quadro gerativista, temos elementos para concluir que se trata de uma abordagem da gramaticalização de teor reducionista.

Expomos, com base em Oppenheim e Putnam (1980 [1958], p.374), as condições, repetidas a seguir, para que uma teoria T1 possa ser reduzida a T2:

131 “consequence of the development of new functional material”.

- (1) O vocabulário de T2 não contém nenhum dos termos do vocabulário de T1.
- (2) Todos os dados observacionais explicáveis por T2 são explicáveis por T1.
- (3) T1 é pelo menos tão bem sistematizada que T2.

Não é tarefa simples averiguar se essas condições se verificam numa eventual redução da Gramaticalização à Gramática Gerativa. A começar pela condição (1), sabemos que há compartilhamento de nomenclatura, pelo menos na descrição ou identificação dos fenômenos a serem analisados. Tanto numa ou noutra teoria, parte-se da constatação de que um item de determinada categoria que passa a se alocar numa posição sintática que não lhe era facultada em algum estágio precedente está a funcionar como um item de uma categoria gramatical distinta. As caracterizações semânticas e fônicas de um item, suficientes para se afirmar que ocorreu mudança desse item, tomam de auxílio, igualmente, nomenclatura, pelo menos, da mesma fonte ou natureza. A condição (3) é atendida no sentido de que, na nossa opinião, a Teoria Gerativa é mais bem sistematizada do que a Gramaticalização; o contrário tornaria o cotejo inviável de acordo com a condição (3).

Diremos, assim, atendo-nos somente à visão de Oppenheim e Putnam (1980 [1958]), que há, potencialmente, a possibilidade de reduzir o quadro da gramaticalização à perspectiva gerativista. No entanto, resta examinar, com base em análises específicas de fenômenos, como foi o caso em relação à negação, se, de fato, as hipóteses oriundas do quadro da Gramaticalização são nomologicamente dedutíveis dos cânones do quadro gerativista. É o que faremos a seguir.

9.2. O COTEJO DAS ANÁLISES DA NEGAÇÃO: REDUÇÃO VERSUS AUTONOMIA

As duas propostas de análise do fenômeno da negação dispõem de pontos de contato evidentes, os quais analisaremos se se configuram como correlações com poder nomológico ou não.

Como se viu, o ciclo de Jespersen é tomado como base descritiva das duas análises, o qual prevê a expressão da negação nas línguas por meio da alternância de itens- N em posições pré e pós-verbais. Vamos, de início, levar em conta que, na concepção gerativista, os arranjos sintáticos, com a distribuição prevista pelos princípios e operações da Língua-I, partem da natureza dos itens léxicos que participam desses arranjos; em outras palavras, são os itens do léxico que “alimentam” ou dão entrada ao sistema computacional da língua-I. Ora, como os itens léxicos são “feixes” de três conjuntos de traços ou propriedades, ou seja, traços fonéticos, semânticos e sintáticos, são esses traços que determinam as aplicações das operações sintáticas, como Juntar e Mover (ou Juntar interno e externo)¹³², as quais se dão em respeito aos princípios da Língua-I. Assim, por exemplo, a alocação de uma partícula negativa numa posição pré-verbal com a presença concomitante de um item-N pós-verbal deve-se ao estatuto categorial – um traço morfossintático – dos itens, ou seja, a primeira é um núcleo, no sentido da teoria X-barras (usada aqui apenas notacionalmente) e a segunda é um especificador de uma categoria NEGP. A alternância dos itens-N em posições pré e pós-verbais detectadas no ciclo é, além disso, um fenômeno diacrônico, ainda que se possam captar

132 De acordo com Chomsky (2008), pode-se reduzir as duas operações em uma apenas com dois subtipos: Juntar externo e Juntar interno, essa última corresponde a Mover, o que não é, no entanto, relevante tendo em vista o que nos propusemos a realizar

estruturas de estágios diferentes numa mesma sincronia, como, por exemplo, “*I didn’t see anybody*” e “*I saw nobody*”, que são de estágios distintos, mas encontráveis, em registros diferentes, no inglês contemporâneo.

Do ponto de vista da Gramaticalização, são também as propriedades dos itens que os enquadram num dos estágios do processo de gramaticalização, ou seja, a natureza lexical do item o define como possível fonte que dá partida a um processo desse tipo, convertendo-o num item de natureza gramatical (funcional). Nesses dois primeiros estágios do processo, são as propriedades semânticas dos itens que os enquadram em um dos processos, o que se reflete na sua categorização, que é a matéria da inovação; a partir daí, o processo adentra suas etapas formais, ou seja, pode ocorrer redução de forma na direção de conduzir o item a se tornar uma forma presa. Note-se que, embora Hopper e Traugott (1993) tomem os estágios da gramaticalização como sucedâneos um do outro, há evidências, como discutido, de que as duas últimas etapas, que dizem respeito à forma, podem ocorrer, na verdade, de modo concomitante com as duas primeiras etapas associadas ao conteúdo.

A correlação entre as duas análises é, assim, bastante transparente: os dois estágios iniciais da gramaticalização correspondem à mudança categorial de item lexical a item funcional, o que, na análise gerativista, indica a alocação do item em posições sintáticas distintas de acordo com a teoria X-barra. Em seguida, um núcleo, segundo essa mesma teoria, na medida em que se reduz e se transforma num clítico, passa a dispor de posição central no sintagma negativo, com distribuição específica, o que se aprofunda ao torna-se uma forma presa.

Observe-se, enfim, que as mudanças sofridas pelos itens léxicos em seus percursos, ao alterar suas propriedades, fornecem diferentes eventos, como concebemos os itens lexicais, que servem

de entrada para a ordenação exercida pelos princípios e operações do sistema computacional.

As respostas às nossas questões (1-3) dependem, portanto, de como conceber a correlação seguinte: tendo em vista que os princípios e operações da língua-I são condições de possibilidade dos arranjos sintáticos, precisamos investigar em que medida são responsáveis, do ponto de vista nomológico, das propriedades dos processos de gramaticalização listados em (8). Para desenvolver essa investigação, retomaremos o modelo proposto por Fodor (1974), resumido na seção 4.3 da primeira parte, que formaliza a abordagem de uma proposta reducionista, a qual, afinal, deverá ser implementada, se concluirmos pela admissão do poder causal dos princípios e operações do sistema computacional em relação às propriedades dos processos que nos ocupam.

Como já proposto, consideraremos, também para efeito de exposição, que a Gramática Gerativa é um representante das Ciências da Natureza enquanto a Gramaticalização se situa dentre as Ciências Humanas. Tomamos também, como se viu, de um lado, a análise proposta por Zeijlstra (2004, 2008) como representante de análise gerativista sobre o tema e, de outro, as análises propostas por Vitral (1999, 2015), Schwenter (2005), além de outras com base em partes de Sousa (2010) e outros autores, como representantes de análise por meio da noção de gramaticalização sobre o mesmo fenômeno.

Voltando então à tarefa proposta, o modelo de Fodor, que sistematiza os procedimentos de verificação de uma redução bem sucedida, sustenta que, nos casos de redução heterogênea, isto é, quando os objetos de estudos são distintos, a redução de uma teoria T2 a uma teoria T1 exigirá a elaboração de leis-ponte que estabeleçam a correspondência entre predicados de T2 e predicados de T1. Ele propõe, assim, os seguintes enunciados com base na condicional \rightarrow que quer dizer se.... então...:

- (1) S1x → S2y
 (2) a. S1x ⇔ P1x
 (2) b. S2y ⇔ P2y
 (3) P1x → P2y

Visando agora a um exame específico da possibilidade de redução entre os dois quadros teóricos com base nas análises propostas para a negação, exploraremos a aplicação desse modelo em nossa discussão. Diremos, assim, que as propriedades S1 e S2 são hipóteses acerca das propriedades dos processos de gramaticalização dos itens negativos; e P1 e P2 são hipóteses a respeito dos princípios da Língua-I que preveem as propriedades da sintaxe da negação. Diremos, ainda, que todos os eventos constituídos por x que dispõem da propriedade S1 fazem surgir eventos constituídos por y que dispõem da propriedade S2.

A fim de viabilizar nossa tarefa, retomamos, a seguir, de forma condensada as hipóteses propostas, por meio ciclo da gramaticalização, para descrever os processos que envolvem os itens-N e um conjunto de enunciados que resumem as hipóteses de teor explicativo que a Gramaticalização propõe para tratar os processos que identifica.

- (50) A. Itens de natureza lexical convertem-se em palavras de valor negativo, que podem sofrer alterações de intensidade do valor negativo, as quais, em seguida, passam a sofrer alterações de forma, o que está retratado nas etapas dos dois grupos de estágios unidirecionais: A. item lexical > item gramatical; B. forma plena > clítico > afixo.
- B. O grupo de subestágios A é causado pelas propriedades da interação entre os falantes, tratadas por meio da noção de subjetificação/intersubjetificação, da qual faz parte o meca-

nismo psicossocial de luta por reconhecimento; o grupo de subestágios B é causado pelo princípio pragmático “Pronuncie o mínimo possível”.

Coloquemos, lado a lado, as duas hipóteses supracitadas e as duas hipóteses centrais que podem ser extraídas da análise proposta por Zeijlstra:

- (51) A. Os itens-N são definidos por meio de dois tipos de propriedades: (1) categoriais, isto é, são núcleos ou são especificadores de uma categoria sintagmática NEGP e de (2) substância, ou seja, são caracterizadas pelo traços [iNEG] (interpretável) ou [uNEG] (não interpretável).¹³³
- B. Os itens-N definidos pelo traço [uNEG] precisam entrar, o que é operacionalizado pelas operações Juntar e Mover (ou Juntar interno e externo), numa relação de Agree com um item definido pelo traço [iNEG].

Observe-se, inicialmente, que é possível traçar correspondência de propriedades entre o enunciado (50A), que consideramos como S1x, e o enunciado (50B), tomado como S2y de maneira a satisfazer a primeira condição do modelo de Fodor: (50A) → (50B). Em outras palavras, se o processo de gramaticalização sofrido pelos itens-N ocorre, então, o conjunto de propriedades que explicam os processos de gramaticalização são atuantes. Vejamos, em seguida, que é possível também estabelecer propriedades correlatas, ainda que parciais, entre (50A), tomado como S1x, e (51A), visto como P1x, de maneira que dispomos de (50A) → (51A), o que constitui uma lei-

133 Há também, como comentado, línguas como o holandês, que não dispõem de NEGP, e a negação se expressa por meio de um advérbio negativo, caracterizado pelo traço [iNEG] – portanto, uma negação lexical – gerado numa posição adjunta a vP.

-ponte entre os dois domínios, respondendo pela afirmativa a nossa questão (1), repetida a seguir:

- (1) É possível estabelecer, de forma explícita, correlação entre entidades ou proposições teóricas elaboradas no âmbito do quadro da Gramática Gerativa e no quadro da Gramaticalização?

Exploremos um pouco essa correlação a qual é parcial, já que, em (51A), não se exprime propriedade prevendo a ocorrência do item lexical, fonte do processo; por essa razão, não utilizamos a condição *se.....então.....* de forma reflexiva, ou seja, nem tudo que está contido em (50A) se correlaciona com o que está contido em (51A). Há, no entanto, correlações precisas, já que a categoria NEGP é gramatical (ou funcional) e o especificador de NEGP é o item gramatical do subestágio A, ainda que se definam da mesma maneira, isto é, são gramaticais também os itens que participam do subestágio B de (50A). Além disso, as etapas de clítico e de afixo correspondem ao núcleo de NEGP em (51A); as diferenças de substâncias dos itens propostas estão também correlacionadas: os itens [iNEG] (interpretável) e [uNEG] (não interpretável) correspondem aos itens-N de menor ou maior “carga negativa”, o que é uma das propriedades que prevê a alternância desses itens em posições pré ou pós-verbais. A maior ou menor “carga negativa” depende, como vimos, das propriedades dos itens-N: “puramente” negativos ou, além disso, exibem outros conteúdos, como [tempo], [pessoa] etc. É possível ainda correlacionar a instância Neg0 (zero) abstrato com a ocorrência do estágio zero da gramaticalização também previsto por Hopper e Traugott (1993).

O tipo de paralelo traçado até aqui entre as duas perspectivas é comparável com a abordagem gerativista da gramaticalização desenvolvida por Roberts e Rousseau (2003), van Gelderen (2010) e

Ribeiro (1993). Dito de outra maneira, as mudanças por que passam os itens, de substância e categoriais, são “lidas” pelas operações do sistema computacional, determinando os arranjos sintáticos expressos por meio de NEGP. Diremos, ainda, que a “atomização” de propriedades na abordagem gerativista, como o uso de traços como [iNEG] ou [uNEG], permite tornar a análise mais explícita e com maior acesso a eventual falseamento. Poderemos considerar, assim, que os princípios da Língua-I têm papel causal, como tratamos na seção 7.1 desta segunda parte, no que se refere às propriedades dos arranjos sintáticos formados.

Por outro lado, não é possível estabelecer, como fator causal dos processos de gramaticalização, o papel restritivo dos princípios da Língua-I. Não poderemos, assim, prosseguindo com o modelo de Fodor, propor uma lei-ponte na qual (50B), tomado por S2y, corresponda a (51B), tomado como P2y, ou seja, a aplicação das operações Juntar e Mover, do sistema computacional, incitadas por Agree, que têm, como discutimos, estatuto nomológico na Teoria Gerativa, não tem qualquer poder explicativo no que concerne a (50B). A explicação dos processos contínuos de inovação na linguagem deve-se, como mostramos, a um domínio de propriedades de natureza fundamentalmente distinta da concepção de princípios de Língua-I¹³⁴. Trata-se de propriedades observadas a partir da interação verbal e advindas da constituição psíquica que definem o que se nomeia de subjetificação/intersubjetificação, o qual dispõe como motivador o mecanismo psicossocial chamado de luta por reconhecimento. Esse tema está, inteiramente, fora do escopo do quadro formalista

134 Responsabilizar o subdomínio B do ciclo da gramaticalização a um princípio de economia não invalida nossas conclusões: como vimos, para o próprio Chomsky (2013), princípios como os de economia são de terceiro fator, ou seja, têm validade ampla na cognição humana e não estão incluídos no conjunto de princípios da Língua-I ainda que possam ter um papel nesse domínio (BERWICK; CHOMSKY, 2011; VITRAL, 2015, 2016b).

da Gramática Gerativa no qual o foco das análises é, como vimos, descrever o estatuto categorial de cada tipo de item-N, o que conseqüentemente abre a possibilidade de prever explicitamente o lugar de cada item na estrutura da oração. Não é possível assim, por fim, correlacionar (51 A) e (51B), com o papel do enunciado (3) no modelo reducionista de Fodor, ou seja, de forma que essa correlação expresse a que se deve, em última instância, as propriedades dos processos de gramaticalização.

É evidente, por fim, que a explicitação do valor causal do que expomos em relação aos processos de gramaticalização, cujas bases, no entanto, foram lançadas em Vitral (2012, 2015), necessita ainda de desenvolvimento considerável. Nossa intenção aqui é de apenas demarcar, epistemologicamente, campos distintos de saber e afirmar a legitimidade da formulação e da pesquisa em gramaticalização como uma teoria autônoma que deve ser estabelecida por fundamentação independente.

Nossa conclusão, utilizando do modelo reducionista de Fodor, é que os fenômenos de gramaticalização, ainda que possam ser correlacionados com propriedades destacadas da Língua-I, não podem ser, nomologicamente, reduzidos a essas propriedades, o que constitui resposta negativa a nossa questão (2) aqui repetida:

- (2) Essa correlação pode ser estabelecida em termos de uma relação nomológica entre entidades ou proposições de níveis teóricos hierarquicamente distintos?

Concluimos, assim, que as propriedades nomológicas dos dois campos do saber são independentes e de nível hierárquico distinto.

Tendo em vista nossa opção de resposta em relação à questão (2), defendemos, conseqüentemente, que também a resposta à questão (3), lembrada a seguir, é negativa:

- (3) Torna-se possível formular a unificação dos dois campos teóricos que nos ocupam?

A unificação prevista na questão (3) dependia, como discutido, da possibilidade de reduzir um campo teórico ao outro, ou seja, da verificação de as propriedades dos processos de gramaticalização poderem ser, nomologicamente, tratados pelos princípios da Língua-I. Recusada essa possibilidade, caminhamos, como exposto na historiografia do debate sobre esse tema na Filosofia da ciência, para uma abordagem dualista nos moldes do que foi proposto tradicionalmente por Dilthey, a qual, como também vimos, é levada em consideração em muitas das abordagens contemporâneas, ainda que silentes em relação à escolha do dualismo de substância; sobre o que também não nos pronunciaremos.

O fato, no entanto, de nossa resposta à questão (1) ter sido afirmativa, ou seja, é possível traçar correlações entre as proposições da Teoria Gerativa e da teoria da Gramaticalização no que concerne ao fenômeno da negação, favorece podermos assumir que há um tipo de superveniência, no sentido de Davidson, no que concerne a essas correlações. Assim, as etapas previstas pelo ciclo da gramaticalização se dão em obediência à alternância de itens-N nas posições disponíveis da categoria NEGP, ou ainda, a trajetória dos processos de gramaticalização não se faz em detrimento dos princípios da Língua-I.

Por outro lado, não se trata de recusar, como mostrado, que a teoria da Gramaticalização formula questões que não podem ser tratadas por meio de critérios científicos objetivos usuais. Defendemos que as questões que podem ser extraídas das análises baseadas na teoria da Gramaticalização se prestam a análises objetivas que também merecem aprofundamento.

A afirmação da possibilidade de uma teoria da Gramaticalização de pleno direito deve contar, assim, com a unificação tomada no sentido metodológico como pioneiramente descrito no Círculo de Viena, o que se pode vislumbrar nos critérios elaborados por Feigl (1956), aperfeiçoados, como se sabe, com o trabalho de Popper (1972) e de outros autores. Nessa direção, em Vitral (2006), o que não será exposto aqui, foram desenvolvidos recursos metodológicos, baseados em análise de frequência, que funcionam como instrumentos na identificação e análise do espraiamento de processos de gramaticalização.

REVISÃO

Bruna Toso

CAPA E PROJETO GRÁFICO

Estúdio Guayabo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vitral, Lorenzo

Gramaticalização e gramática gerativa [livro eletrônico] :
fundamentação, o problema mente/corpo e domínios de validade
/ Lorenzo Vitral. – Campinas, SP : Editora da Abralín, 2021. -- (Altos
estudos em linguística)
PDF

Bibliografia.

ISBN 978-85-68990-04-9

1. Epistemologia 2. Gramática gerativa 3. Gramaticalização
4. Linguística 5. Pragmática I. Título. II. Série.

21-81227

CDD-410

Índices para catálogo sistemático:

1. Linguística 410

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

DOI 10.25189/9788568990049